

Dualismo, estagnação e dependência

*José Flávio Bertero**

Priorizarei nesta exposição enfoques existentes entre a agricultura e a indústria no processo de desenvolvimento brasileiro nos anos sessenta e começo dos setenta. Tomarei como ponto de partida a tese de que a agricultura, dado o seu atraso relativo, constituía-se em obstáculo à expansão industrial. A abundância de terra e a presença de um contingente populacional apto a vender a sua força de trabalho a baixos preços entravavam a adoção de práticas agrícolas mais avançadas. Em conseqüência, a agricultura permanecia fortemente marcada por traços arcaicos, a saber: domínio da grande propriedade territorial e de relações de trabalho semi-servis, erigindo-se dessa maneira em obstáculo ao desenvolvimento econômico do país, por não cumprir satisfatoriamente as funções primordiais dela requeridas: fornecer alimentos e matérias-primas a preços módicos para a indústria e ao mesmo tempo agir como seu mercado consumidor (Singer, 1961)¹.

Essa tese vigorou até meados da década de sessenta. A partir daí, com as transformações em curso no meio agrário, ela foi praticamente abandonada. Em seu lugar, surgiu a sua antítese: a tese da funcionalidade da agricultura ao desenvolvimento. Os seus adeptos procuravam mostrar que, malgrado o atraso relativo da agricultura, ela sempre preencheu a contento as suas funções no referido processo de desenvolvimento. Vale ressaltar: 1) forne-

Professor Doutor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara.

cendo seus produtos na escala demandada e a preços compatíveis com as necessidades do desenvolvimento; 2) liberando mão-de-obra, igualmente na escala demandada e a baixos preços; 3) transferindo capitais, seja diretamente, mediante investimentos, seja indiretamente, por meio de impostos, confiscos, etc; 4) possibilitando a importação, sobretudo de máquinas, equipamentos e materiais industriais, através da exportação de seus artigos (divisas); 5) ampliando o mercado interno².

Conforme se nota, ambas as teses, conquanto opostas, operam com o mesmo referencial, qual seja, o da funcionalidade ou não da agricultura. Quer dizer, se ela favoreceu o desenvolvimento, desempenhando de modo eficiente o seu papel nesse processo, sem onerar ou inflacionar a industrialização; ou se ela atravancou o avanço industrial. Implícita a essas teses está a separação entre agricultura e indústria, as quais só se relacionam mutuamente de maneira externa, ou seja, *dual*. Se isto as aproxima, o mesmo não sucede com relação à **estagnação**. A primeira delas é estagnacionista; a segunda, não. Mais: enquanto aquela é reformista, esta última é anti-reformista. Subjacente a ela está a idéia de que o desenvolvimento se processou sem que houvesse a necessidade de uma reforma agrária. Talvez por isso, Delfim afirmará depois que tal reforma é coisa de "economista desocupado"³.

Caso particular é o de Furtado⁴. Segundo ele, a agricultura brasileira apoiava-se na dobradinha terra e mão-de-obra. O uso extensivo de ambas **entravava** o progresso técnico. Desestimulava a modernização agrícola. Exatamente porque, embora abundante, a terra estava concentrada em poucas mãos. Tal concentração da propriedade da terra era uma forma de assegurar força de trabalho farta e barata e de impor um esquema de distribuição de renda através de baixos salários. Os baixos salários induziam à utilização extensiva da terra; perpetuavam as práticas agrícolas tradicionais, rudimentares, de baixa produtividade; induziam, enfim, à agricultura extensiva, mais vantajosa economicamente, posto que exigia pouco capital. Enquanto persistisse essa situa-

ção, toda atividade que requeria uma maior capitalização tendia a ser anti-econômica, porquanto se tornava incapaz de concorrer com a aludida agricultura extensiva.

Razão pela qual, havia crescimento e não desenvolvimento. Pois crescer sem capitalizar, dificilmente pode ser visto como desenvolvimento. O incremento da produtividade que caracteriza o desenvolvimento fundamenta-se no progresso técnico, o qual se baseia na acumulação de capital e na transformação qualitativa da mão-de-obra.

A concentração da propriedade fundiária constituía, portanto, um **obstáculo** à expansão capitalista na agricultura. Isso não significa, entretanto, que a agricultura não respondia bem ao aumento da procura dos seus produtos. Respondia positivamente tanto à procura externa quanto à interna, sem jamais ameaçar a industrialização, a cujas exigências sempre atendeu. Porém, às custas do trabalhador, eterno condenado às condições vis de trabalho e de vida.

A solução desse problema residia na reorganização da agricultura brasileira. Só assim seria possível abrir as suas portas para o progresso técnico e melhorar o nível de vida da população rural. Entenda-se por reorganização da agricultura brasileira a redistribuição da terra, que nada mais é que uma forma de reforma agrária.

Nota-se que, apesar de concordar com Delfim a respeito da funcionalidade da agricultura para a industrialização, Furtado distanciava-se dele no tocante à necessidade da reforma agrária. Mantinha, todavia, o dualismo presente naquele autor. Com a diferença de que, por haver, segundo ele, apenas crescimento e não desenvolvimento, beirava o estagnacismo, ausente em Delfim.

Não menos singular é o caso de Miller Paiva⁵. Para este autor, ainda era bastante expressiva a contribuição da agricultura ao desenvolvimento econômico do país; quer fornecendo alimentos e matérias-primas a baixos preços, quer liberando mão-de-obra barata, quer escoando determinados produtos industriais. No

entanto, a modernização agrícola mostrava-se muito tênue. Tal fato decorria do grau de desenvolvimento do setor não-agrícola, melhor dizendo, industrial, que era incapaz de absorver os acréscimos da produção agrária. Some-se a isso, a abundância dos fatores tradicionais: terra e mão-de-obra baratas, que tornavam a adoção e a difusão de inovações tecnológicas menos vantajosas. Ainda mais: a presença de um grande contingente populacional no campo inibia a expansão do mercado interno. Conseqüentemente, inibia o emprego de técnicas modernas, uma vez que o aumento de produção não podia ser efetivamente consumido. Crescia, em razão disso, o descompasso existente entre a produção agrícola e a procura de seus produtos. Do que resultava o agravamento da diferença de preços agrícolas e industriais, designado pelo autor em pauta de "mecanismo de autocontrole". Mecanismo este, vale dizer, que limitava a modernização agrária, a qual ocorria somente em certas atividades. Noutras prevaleciam os processos tradicionais. Criava-se, desse modo, um dualismo tecnológico.

Em resumo: o desenvolvimento da agricultura dependia do desenvolvimento do resto da economia, seja para escoar os seus excedentes de produção e populacional, seja para obter dele tecnologia moderna. Por isso, enquanto o setor não-agrícola não se mostrasse capaz de tal empreendimento, a agricultura persistiria dualista. O estagnacionismo provinha desta. Fato que nos leva a supor que a saída para o problema agrário estava fora dele, ou seja, na indústria. É esta que entravava o desenvolvimento daquela e não o inverso. Todavia, há nessa idéia um dualismo. Não só porque separa a agricultura da indústria. Senão porque a própria agricultura é dual: tradicional e moderna. Malgrado essa heterogeneidade, ela é capitalista. O que também se verifica nos autores antes comentados.

Outra era, entretanto, a concepção do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Para este partido, a economia agrária brasileira apresentava resíduos feudais, manifestos especialmente nas formas de trabalho nela vigentes e na sua estrutura fundiária, muito

concentrada. Isso impunha o jugo semi-feudal. De outra parte, havia o jugo imperialista, cujos interesses se harmonizavam com os interesses latifundiários. Era preciso, portanto, libertar-se de ambos os jugos. A luta tinha que ser, simultaneamente, anti-feudal e anti-imperialista. E seus agentes, os subjugados pelos portadores de tais interesses majoritários. Ou seja, camponeses, operários e burguesia progressista, os quais formariam uma frente de libertação nacional. Face ao estágio de desenvolvimento em que se achava o Brasil, a revolução tinha que ser, obrigatoriamente, democrático-burguesa. Esta revolução era imprescindível à realização da via socialista. Era sua pré-condição. Por outras palavras, para os pecebistas, o Brasil transitava do feudalismo ao capitalismo. Daí a vicissitude de estimular essa passagem, pois só assim se chegaria ao socialismo.

O dualismo e o estagnacionismo parecem permear essa tese, a qual se oporá Caio Prado Júnior⁶. Argumentará, contra ela, que o Brasil nunca foi feudal, mas escravista. Motivo pelo qual não era lícito falar em restos feudais. Se havia restos, eles decorriam do escravismo e não do feudalismo, que jamais existiu em nossas terras. Vai mais longe. Acentuava que a agricultura brasileira era capitalista. E que as relações de trabalho nela vigentes eram, no geral, relações de emprego.

Fato que revela o caráter enganoso e mistificador da teoria da revolução pecebista. Ela apoiava-se em teorias inadequadas à situação histórica brasileira; apoiava-se num marxismo abstrato que queria encaixar a realidade em seus esquemas formais estabelecidos a priori. Assim sendo, essa teoria, em vez de iluminar a prática política revolucionária, não só a obscurecia como a desorientava, uma vez que propunha objetivos imaginários, que não condiziam com as condições existentes: a suposta e imperiosa necessidade de superação do feudalismo; bem como tomava por base forças igualmente imaginárias, o suposto camponês. Como na Europa, o feudalismo precedera o capitalismo, os teóricos da revolução brasileira entendiam que o mesmo aconteceria aqui. Pois, se o regime de produção era feudal, o que se tinha era o

camponês e não o proletário ou o trabalhador em vias de proletarização. Logo, o motor da transformação histórica era o camponês e não o proletário.

Vê-se que o problema era teórico-prático. Quer dizer, científico, o qual não se dissociava e ainda hoje não se dissocia da prática política. A interpretação errônea da realidade conduz a uma prática não menos errônea. Caio Prado questionou a ambas. Ao fazê-lo, abriu caminho para uma nova interpretação da realidade brasileira, mais fiel a ela.

É sob esse contexto que aparece a teoria da dependência de A. G. Frank⁷. Ele opõe-se à tese segundo a qual a economia latino-americana é fechada, tradicional, resistente à mudança e não integrada à economia de mercado. Afirma que: 1) a América Latina sempre foi capitalista; 2) o subdesenvolvimento que a assola é produto do desenvolvimento capitalista, isto é, das relações entre os satélites subdesenvolvidos e as metrópoles desenvolvidas; 3) o dualismo desses países é falso. Eles não têm estrutura dual. Não há uma oposição entre o atrasado e o moderno. Mas uma unidade contraditória entre eles, em que este se alimenta daquele. Há, isso sim, uma satelitização interna. Uma espécie de colonialismo interno. As relações entre metrópole e satélite não se restringem ao âmbito externo. São extensivas ao âmbito interno dos países subdesenvolvidos; 4) os satélites experimentam uma expansão econômica, inclusive através da industrialização, quando seus laços com as metrópoles se debilitam. É o caso da depressão espanhola no século XVII; das guerras napoleônicas no século XIX; da depressão dos anos 30 e das duas guerras mundiais no século XX.

Esses impulsos, no entanto, se extinguem tão logo as metrópoles se recomponham economicamente. A medida que isso sucede, as economias satelitizadas tendem a estancar e até mesmo retroagir.

Tanto é assim que, muitas regiões que no passado alcançaram certo grau de desenvolvimento, são hoje as mais subdesen-

volvidas. Basta ver os latifúndios, outrora autênticas empresas comerciais, e que nos dias atuais se mostram isolados, atrasados, dedicados à agricultura de subsistência; 6) o dualismo resulta da concepção de que o atrasado é feudal, estancado ou estagnado, e o moderno é capitalista, dinâmico.

O que é errôneo. Porque a América Latina nunca foi feudal, mas capitalista; sempre esteve integrada ao mercado mundial. O seu atraso se deve justamente à sua inserção na economia capitalista mundial, da qual é periferia ou satélite. Essa inserção desigual implica em sua espoliação por parte dos centros metropolitanos, que crescem às suas custas. É essa a razão pela qual o desenvolvimento gera o subdesenvolvimento. Assim como é essa a razão pela qual não há saída para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo. Mas somente fora deste sistema, isto é, pela via socialista.

Além de estagcionista, a tese de Frank é dualista. É estagcionista por conceber o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento, ou, noutras palavras, que este conduz inevitavelmente àquele. Por outro lado, em que pese todo o seu esforço para superar o dualismo, do qual se pretende crítico, mantém-se refém dele, só que de modo funcional: a importância do atrasado para o desenvolvimento do moderno. Nisso, aliás, radica a sua teoria da dependência.

Dessa armadilha não escapa sequer o professor Florestan⁸, para quem a agricultura sempre operou como suporte da economia brasileira e internacional, dependente que foi e é, tanto interna como externamente. Mesmo onde ela, agricultura, alcançou especializações consistentes com a evolução do capitalismo, atingindo tendências persistentes de modernização tecnológica, viu-se contida por um mercado interno que redefiniu "para dentro" o mesmo tipo de vinculação que experimenta "para fora". Trata-se do que se pode designar de "dependência dentro da dependência" ou "colonialismo interno". A expansão do capitalismo, nos marcos do desenvolvimento econômico nacional, foi insuficiente para imprimir maior autonomia a sua economia agrária. A eclosão do

mercado não causou efeitos que modificassem a relação da economia agrária com a ordem econômica interna e externa. Aos poucos, surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, por meio dos quais a economia agrária evolui capitalisticamente, mantendo os laços de dependência, em relação aos países centrais ou criando novos laços internos de dependência.

O desenvolvimento dos pólos "modernos" urbano-comerciais ou urbano-industriais, passou a depender, de modo permanente, da captação de excedentes econômicos do meio rural, resultando uma verdadeira drenagem da riqueza nele gerada em direção à cidade, que cumpre funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, assim, a revolução agrária, reduzindo a expansão capitalista no campo a um subcapitalismo, do qual se nutrem os pólos dinâmicos da economia nacional. A agricultura converte-se dessa maneira em fonte de acumulação urbana, à qual é compelida a transferir parte de sua riqueza. Há uma articulação, contraditória, convém deixar claro, entre esses dois pólos ou setores. O que já é um progresso, se se levar em conta que a agricultura fora montada para produzir excedentes econômicos para o exterior.

Todavia, esse padrão de desenvolvimento (assentado numa disparidade interna, marcada pela presença de um setor urbano-comercial e urbano-industrial capitalistas e um setor agrário subcapitalista) impõe limites à expansão capitalista da agricultura. A esse domínio do campo pela cidade corresponde o monopólio da mudança social pelos grupos hegemônicos, que se beneficiam dessa situação. O mesmo não acontece com as massas despossuídas rurais, condenadas ao pauperismo e à marginalização.

Florestan, consoante se nota, é prisioneiro do dualismo. Mas não é inteiramente estagnacionista. Pois, malgrado o círculo vicioso que envolve a economia agrária, há, segundo ele, possibilidades de mudança. Uma delas consiste na absorção pelo campo do padrão de desenvolvimento capitalista reinante no meio urbano-industrial, ou seja, mediante uma "revolução dentro da ordem".

Outra, mediante uma revolução fora da ordem social instituída, quer dizer, pela via socialista. A bem da verdade, só esta última via é realmente revolucionária. Ela requer, como ponto de partida, a "revolução agrária"; pressupõe, ademais, a ruptura com a "dependência dentro da dependência" e com o próprio capitalismo dependente. Enquanto este perdurar, a modernização rural não completará nem a integração do mercado interno nem a homogeneização relativa do desenvolvimento capitalista no Brasil. Pois, no fundo, é ele que gera o sub-capitalismo agrário, condenando-o a ser fonte de disparidade, injustiça e tensões sociais.

Oliveira⁹ concebe o subdesenvolvimento como resultado da expansão do capitalismo. Sustenta que a grande maioria das economias latino-americanas são produtos de tal expansão. Elas constituem uma espécie de acumulação primitiva do capitalismo mundial. O subdesenvolvimento que as envolve é, portanto, uma formação capitalista e não apenas histórica.

Não se trata, porém, de meras relações externas, isto é, de oposições entre países; antes destas oposições, o processo de desenvolvimento /subdesenvolvimento diz respeito às classes sociais. Preocupados com desenvolvimento, os teóricos do subdesenvolvimento perderam de vista a luta de classes.

No caso do Brasil, uma das particularidades do padrão de acumulação implantado após os anos 30, reside na articulação existente entre a agricultura primitiva, extensiva, calcada na dobradinha terra e mão-de-obra e na indústria relativamente evoluída. O que não é uma anomalia, mas sim o modo pelo qual opera a acumulação capitalista no país. A qual se caracteriza por uma simbiose entre a agricultura e a indústria, em que à primeira cabe, de um lado, suprir o mercado urbano-industrial de alimentos, matérias-primas e mão-de-obra a baixos preços, mantendo reduzido o custo de reprodução da força de trabalho, de maneira tal a não entravar a acumulação de capital que se mantém e cresce graças à intensa exploração dos trabalhadores; e, de outro lado, subsidiar a importação de equipamentos industriais.

Dessa forma, longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do padrão de desenvolvimento capitalista dos últimos 30 anos no país. Nesse padrão, a agricultura cumpre um papel vital, seja formando o contingente de força de trabalho; seja fornecendo alimentos às massas urbanas, cujos preços são determinados pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, fato que lhe permite não onerar os custos de alimentação e de matérias-primas, e não entrar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial; seja, por fim, subsidiando a importação de bens de capital, através de exportações.

Trata-se, na verdade, de uma espécie de acumulação primitiva permanente. A expansão capitalista no Brasil é um complexo de soluções cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação estatal, mediante a construção de infra-estrutura, mormente a rede rodoviária. Ela opera, frise-se, como uma espécie de acumulação primitiva, em que se expropria não a propriedade e sim o excedente. A acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo. No caso brasileiro, ela é estrutural e não genética. A combinação antes aludida entre oferta elástica de mão-de-obra e oferta elástica de terras, reproduz continuamente uma acumulação primitiva na agricultura, originando o que Miller Paiva denomina de "mecanismo de autocontrole", no tocante à melhoria das técnicas agrícolas.

A agricultura tem papel decisivo na reprodução capitalista. Assim, tanto na abertura de "fronteiras externas" como "internas", o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras temporárias chamadas de subsistência; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário.

Há, com efeito, uma transferência de "trabalho morto", de acumulação, para as culturas ou atividades do proprietário, ao

passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os.

No caso das "fronteiras externas", o processo se dá por meio do avanço da fronteira agrícola, que se expande com as rodovias; no caso das "fronteiras internas", a rotação de terras e não de culturas dentro do latifúndio tem o mesmo papel; o morador ao plantar sua "roça" planta também o algodão, e o custo de reprodução da força de trabalho é a variável que torna comercializáveis ambas as mercadorias.

O padrão descrito, ao comprimir os custos da produção agrícola, exerce um importante papel no custo de reprodução da força de trabalho urbana. De outra parte, ao possibilitar o rebaixamento do custo real da alimentação, favorece a formação de um proletariado rural que serve às culturas comerciais voltadas para os mercados interno e externo. No conjunto, o mencionado padrão possibilitou que o sistema deixasse intocável as bases agrárias da produção.

Deixando de lado o caráter polêmico da noção de acumulação primitiva permanente ou estrutural, direi que, a despeito de crítico demolidor do dualismo, Chico de Oliveira não transpõe de todo os limites do formalismo das análises duais. Parafraseando-o, direi que por trás da aparente articulação dialética almejada, subsiste uma oposição entre agricultura e indústria, em que esta cresce às expensas daquela, cujas bases persistem intocadas. Designo essa oposição de dualismo funcional radicalizado, através do qual o "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado". Ou seja, em outros termos, a "agricultura primitiva" apresenta-se como funcional à expansão capitalista no país. O que significa entendê-la como um setor distinto do resto da economia, com o qual só mantém relações externas, muito embora indispensáveis à acumulação.

Chico de Oliveira, consoante sabemos, escreve o texto antes referido no início da década de setenta. Época em que surge uma nova questão, ou melhor, uma nova figura, a do trabalhador

volante, mais conhecido entre nós como "bóia-fria". Com ele, entra mais claramente em cena o tão aguardado "proletário rural", que, se não liquidava com a propalada "questão agrária", tornava inteligível e transparente o destino social e político do povo, como se, finalmente, estivéssemos em condições de embarcar e navegar nas águas da história (Velho, 1980).

A agricultura transforma-se rápida e profundamente: 1) tecnifica-se; 2) altera as suas relações de trabalho, fazendo crescer o assalariamento; 3) redireciona as suas linhas produtivas, agora orientadas menos para a produção de alimentos e mais para a produção de matérias-primas; 4) experimenta um decréscimo relativo e, em alguns Estados, como o de São Paulo, por exemplo, absoluto.

Até então ela operava com base na terra e na mão-de-obra. Era predominantemente extensiva. Não que não houvesse acumulação de capital. Havia, sim. Só que esta era extensiva. A subordinação do trabalho ao capital era formal. Baseava-se na extração da mais valia absoluta. Daí a exigência das formas de trabalho não-capitalistas, a saber: colonato, parceria, pequeno arrendamento, morador de condição, foreiro, etc.

O seu grande salto dera-se entre os anos sessenta e meados dos anos setenta, período em que se moderniza, ou seja, industrializa-se, bem como desruraliza-se e urbaniza-se. A acumulação que nela se processava deixa de ser basicamente extensiva. Passa a ser majoritariamente intensiva. O mesmo sucedendo, é óbvio, com a mais valia relativa e com a subordinação real do trabalho.

Campo e cidade unificaram-se. Tal unificação, como não podia deixar de ser, provocou mudanças na composição social rural, a qual se assimilará, cada vez mais, à urbana. A agricultura convertera-se num ramo da indústria. O capital adquirira hegemonia. Destituíra a terra. Tornara-a um lugar a mais de investimento. O que torna lícita a expressão "terra-capital". A velha senhora terra rendera-se a este senhor, o capital. Perdera para ele a sua hegemonia.

Hegemonia, contudo, não quer dizer, de modo algum, homogeneidade. Longe disso. O desenvolvimento a que estamos nos reportando é desigual. Compreende diferenças. Não só no campo. Mas também na cidade. Entretanto, a agricultura é capitalista. Está sob o domínio do capital. Até mesmo em locais distantes, como o Norte do país. Lembro, a propósito, o já citado excelente estudo de O. G. Velho sobre os pequenos produtores na região amazônica. Assim como Müller (1980), na sua análise das culturas do chá e da banana no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo; Sérgio Silva (1984), Lopes (s/d), Gnaccarini (1988), entre outros.

Esses estudos mostram que os trabalhadores rurais, mesmo quando submetidos a regimes de trabalho não-capitalistas, são, em regra, trabalhadores da sociedade, na e para a qual laboram diretamente. Pertencem, por conseguinte, à sua estrutura social, deferenciando-se entre si de acordo com a maneira pela qual se subordinam concretamente ao capital. Configuram-se, assim, em pequenos burgueses, semiproletários e proletários. Os primeiros deles normalmente conseguem certo pecúlio e até mesmo valorizar os seus pequenos capitais; os segundos, não só não realizam o lucro e a renda fundiária, como sequer conseguem tirar da terra que lavram o necessário ao seu sustento e de seus familiares, fato que os obriga a se assalariar noutras lidas; os terceiros, já são nossos conhecidos.

Nota-se quão distante estamos da existência de uma questão agrária específica. É isso, fundamentalmente isso, que pretendo por em discussão nessa resenha.

No entanto, é mister que se diga que, não obstante isso, a partir da segunda metade da década de setenta, houve uma nova guinada nos estudos sociológicos sobre o campo no Brasil; o proletário foi destronado pelo pequeno produtor rural, denominado camponês. Que, ao contrário daquele, passou a ser visto como um personagem **externo** ao capital, com o confronto se dando agora na **resistência** ao avanço capitalista. Nas palavras de um dos seus teóricos (J.S.M., 1984), ele não só resiste à expansão do

capitalismo, como a nega e até mesmo a supera. Diz isso pensando num novo sujeito da história. Bem como noutro socialismo, comunitário, distinto do que houve e que se convencionou chamá-lo de socialismo real. Essa comunhão advém da pobreza que une o novo agente da mudança histórica: o camponês.

Se isso evidencia a tendência não homogeneizadora do capitalismo, por outro lado, ao mostrar a persistência de formas não assalariadas de trabalho no meio rural, levou água para o moinho dos defensores do campesinismo e do reformismo agrário, permitindo-lhes que os ressuscitassem. A reforma agrária re-entrou na ordem do dia. Continuamos incapaz de sermos contemporâneos de nós mesmos. Isto é, pensarmos corretamente a nossa própria época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, A.B. "Agricultura e desenvolvimento no Brasil". In: **Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, **Problemas y perspectivas de la agricultura latinoamericana**. Buenos Aires, Solar-Hachete, 1965.
- FERNANDES, F. "Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil". In: SZMRECSÁNY, T. et alii (org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- FRANK, A. G. "Desenvolvimento do subdesenvolvimento". In: Pereira, L. (org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- FURTADO, C. "Estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro". In: **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- GNACCARINI, J.C. **Agricultura e capitalismo: as formas de produção diferenciadas**. São Paulo, USP, mimeo, 1988.

- LOPES, J.R.B. "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)". **Estudos Cebrap** 22, São Paulo, Cebrap, s/d.
- MARTINS, J. de S. "Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural...". In: **A militarização da questão agrária no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1984.
- MILLER, Paiva. "Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura". In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 1969.
- MILLER, Paiva. "O processo de modernização agrícola e o aludismo tecnológico nos países em desenvolvimento: o caso do nordeste seco brasileiro", mimeo, UFMG, Belo Horizonte, outubro, 1974.
- MILLER, Paiva. "Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil". In: **A agricultura subdesenvolvida**, Petrópolis, Vozes, 1969.
- MÜLLER, G. **Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional**. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.
- NETO, D. "Agricultura e desenvolvimento no Brasil". **Estudos ANDES**, n. 5, 1966.
- NETO, D. "Importância da agricultura para a inflação". **O Estado de São Paulo**, 19/08/1979.
- OLIVEIRA, F. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". **Questionando a economia brasileira**. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1976.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964.
- SILVA, S. "Estudo sobre a estrutura da produção e a questão agrária". **Cadernos IFCH 12**, Campinas, Unicamp, 1984.
- SINGER, P. "Agricultura e Desenvolvimento Econômico". In: SZMRECSÁMY, T. et alii (org.). citado.
- VELHO, O.G. "A propósito de terra e igreja". In: **Encontros com a Civilização Brasileira n. 22**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

NOTAS

- ¹ Posição similar a esta é defendida pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. Ver, a propósito, CEPAL, *Problemas y perspectivas de la agricultura latino-americana*, Buenos Aires, Solas/Hachette, 1965; Prebisch, R. "A insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964.
- ² Um dos expoentes desta tese é Neto, D. "Agricultura e desenvolvimento no Brasil". In: *Estudos ANPES* n. 5, 1966. Outro defensor dela é Castro, A.B. "Agricultura e desenvolvimento no Brasil". In: *Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- ³ Neto, D. "Importância da Agricultura para a inflação". In: *O Estado de São Paulo*, 19/08/1979.
- ⁴ Furtado, C. "Estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro". In: *Análise do "Modelo" Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- ⁵ Miller Paiva. "Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira". In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 1969. "O processo de modernização agrícola e o dualismo tecnológico nos países em desenvolvimento: o caso do nordeste seco brasileiro", mimeo. UFMG, Belo Horizonte, outubro, 1974. "Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil". In: *A agricultura subdesenvolvida*, Petrópolis, Vozes, 1969.
- ⁶ Prado Junior, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- ⁷ Frank, A.G. "Desenvolvimento do subdesenvolvimento". In: Pereira, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- ⁸ Fernandes, F. "Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil". In: Szmerecsány, T. et alii (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, C.E.N., 1973.
- ⁹ Oliveira, Francisco. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Questionando a economia brasileira*, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1976.